



O CONTO DA AIA, DE MARGARET ATWOOD E A KUKA DE KAMAIORÁ, DE LEILAH DE ASSUMPTÃO: QUESTÕES DE GÊNERO E DISTOPIA

THE HANDMAID'S TALE, BY MARGARET ATWOOD AND THE KUKA OF KAMAIORÁ, BY LEILAH DE ASSUMPTÃO: GENDER ISSUES AND DYSTOPIA

Letícia Soares Magalhães¹

Gabrielle Ribeiro de Sousa²

Graciane Cristina M. Celestino³

Recebido em: 24 jun. 2021

Aceito em: 04 nov. 2021

DOI: 10.26512/aguaviva.v6i3.41707

RESUMO: O objetivo deste artigo foi analisar as questões de gênero presente em narrativas distópicas. Os objetos de estudo foram as obras “O conto da Aia”, de Margaret Atwood e a “A Kuka de Kamaiorá”, de Leila de Assumpção. A questão norteadora do trabalho foi: quais as similitudes e diferenças presentes no romance “O conto de Aia” e na peça “A Kuka de Kamaiorá”? Foram instrumentais para a consecução desse trabalho o enfoque nas questões de gênero como um fator determinante para o desempenho das funções sociais, os conceitos de totalitarismo, distopia e patriarcalismo. O recorte contempla as representações que envolvem o feminino e os direitos reprodutivos da mulher. O método de análise foi o comparativismo literário, por meio das similitudes e diferenças entre as obras analisando dessa maneira as diferentes facetas do totalitarismo em ambas as distopias. Para a metodologia de análise foi empregada a revisão bibliográfica, e para a análise e interpretação dos textos a técnica Close Reading (leitura cerrada). O aporte teórico foi provido por Judith Butler, Simone de Beauvoir, Tânia Franco Carvalhal, Elaine Showalter.

Palavras-chave: Distopia. Gênero. Totalitarismo. Patriarcado.

ABSTRACT: The main goal of this article is to analyze the gender issues present in dystopian narratives. The study subjects are “The handmaid’s tale”, by Margaret Atwood and “A Kuka de Kamaiorá”, by Leila de Assumpção. The guiding question of the work is: what are the similarities and differences present in the novel “The handmaid’s tale” and in the play “A Kuka

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas, pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN). E-mail: leticia.magalhaes1@aluno.uniplanf.edu.br.

² Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa e suas respectivas Literaturas, pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN). E-mail: gabrielle.sousa1@aluno.uniplanf.edu.br

³ Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Membro associado da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), desde 2016. Membro do grupo de pesquisa Literatura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do grupo de pesquisa Língua e Literatura, Interdisciplinaridade e Docência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: graciane.celestino@docente.suafaculdade.com.br



de Kamaiorá”? this work focus on gender issues as a determining factor for the performance of social functions, the concepts of totalitarianism, dystopia and patriarchy were instrumental in carrying it out. This work pictures the representation of the feminine and women's reproductive rights. The method of analysis is a literary comparativism, through similarities and differences between the narratives, thus analyzing the different facets of totalitarianism in both dystopias. For the analysis methodology, a bibliographic review was used, and for the analysis and interpretation of the texts, the Close Reading technique was used. The theoretical support was provided by Judith Butler, Simone de Beauvoir, Tânia Franco Carvalhal, Elaine Showalter.

Keywords: Dystopia. Genre. Totalitarianism. Patriarchy.

INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresentamos teve como objetivo analisar as questões de gênero presentes em narrativas distópicas, para tal lançamos mão de um “O Conto de Aia” de Margaret Atwood e de uma peça “A Kuka de Kamaiorá” de Leilah de Assumpção, o recorte a que nos propusemos é a ponderação acerca das representações que envolvem a ser feminino e os direitos reprodutivos da mulher. Para nortear nossa análise a questão norteadora proposta é: Quais as similitudes e diferenças presentes no romance “O conto de Aia” e na peça “A Kuka de Kamaiorá”? E como as questões de gênero são determinantes para a compreensão da realidade e experiências da mulher em regimes totalitários e patriarcais bem como compreender as questões que levam o gênero feminino a ser oprimido em narrativas distópicas. Consideramos as leituras provindas de teóricas do movimento feminista, entre elas Judith Butler (1990) e Simone de Beauvoir (1949), para a análise comparada o referencial se deu a partir de Tânia Franco Carvalhal (2006).

Na compreensão de Beauvoir (1949), a mulher se torna o que é a partir do meio social e cultural em que vive. Sendo uma autora de relevância da segunda geração feminista, ela propõe criticar a visão instaurada pela sociedade patriarcal.

Nas distopias que serão objeto de estudo, temos a questão de gênero - o masculino e feminino -, como fator determinante para exercer um papel estrito e específico em sociedade. Dito isso, os estudos de Butler (1990), em relação aos papéis de gênero como produto de construção social indicam o questionamento acerca de se é realmente a biologia quem dita os comportamentos e características atribuídas à figura da mulher na sociedade enquanto um ser maternal, passivo, de características tipicamente frágeis, e propensão aos cuidados da casa e do ambiente familiar.

De tal modo, ao propor uma comparação entre as similitudes e diferenças das obras entendemos que é necessário discutir até que ponto a sociedade pode interferir no corpo



feminino, utilizando como argumento para tal interferência justificativas de cunho religioso, moral e muitas vezes sexista. Durante as leituras empreendidas nos fixamos em um percurso de pesquisa que abordasse as questões “de gênero” como um fator determinante para a compreensão da realidade ficcional que se estabelece – tanto no romance, quanto na peça -, além de refletir acerca das experiências representadas pelas personagens em regimes totalitários e patriarcais, mimetizando nessas narrativas distópicas relações de opressão vivenciadas por inúmeras mulheres, o texto literário tem como uma de suas funções sociais orientar seus leitores a repensar a sociedade de modo crítico.

O presente trabalho é um esforço de sistematização de análises empreendidas a partir dos conceitos de distopia, totalitarismo e patriarcalismo. Além disso, buscamos dispor trechos das narrativas e analisá-los de acordo com a conceituação a fim de engendrar uma correspondência entre suas similitudes e diferenças, empregando de referencial teórico provindo da crítica literária feminista e do comparativismo literário.

Percurso teórico: narrativas distópicas em análise

O percurso teórico que nos propusemos traçar inicialmente foi norteado por uma revisão bibliográfica e de fortuna crítica – tanto do romance, quanto da peça -, dessa maneira foram pontuais para os argumentos dispostos e discussões as pensadoras do feminismo Beauvoir (1949) e Butler (1990). Em “O Segundo Sexo”, Simone de Beauvoir traz uma visão crítica acerca da condição da mulher na sociedade. Ela afirma: "Não se nasce mulher, torna-se mulher", (BEAUVOIR, 1949, p. 9). Ou seja, a mulher não nasce com uma essência definida, uma "natureza feminina" ou propensão para determinadas funções só por ser do sexo feminino.

Defendemos que tanto o romance “O Conto de Aia”, de Margareth Atwood, quanto a peça teatral “Kuka de Kamaiorá”, de Leilah de Assumpção, são exemplares de narrativas distópicas, em ambas temos o gênero como um fator determinante para desempenhar algum papel em sociedade. Dito isto, os estudos de Butler (1990) em relação ao gênero como construção social nos direcionam a questionar se é realmente a biologia quem dita os comportamentos e características atribuídas à mulher na sociedade.

Em contrapartida temos a representação do homem como forte, valente e provedor do sustento da casa, além de responsável pelo trabalho braçal, socialmente visto como “o sexo forte”. Esses estereótipos contribuem para acentuar as desigualdades de gênero, os conceitos de



feminilidade e masculinidade variam conforme a cultura em que estão inseridos. Então o que significa ser homem?

Reflitamos sobre o que é ser homem no Egito antigo. Os membros da nobreza no Egito antigo costumavam usar saias curtas, pintar os olhos com tintura preta, usar joias robustas ao redor do pescoço. Tais vestimentas denotavam poder, status e notoriedade para alguns homens desta civilização. A imposição de uma vestimenta ideal a um gênero e designar “roupas de homem” e “roupas de mulher” é influenciada de formas diferentes pelo modo como vive, pela sociedade e pela cultura de cada povo. Seria então a cultura o fator que determina o conceito de feminilidade em diferentes sociedades? Butler afirma que:

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p.26)

Na perspectiva acima apresentada por Butler (2003), há uma sugestão de que a cultura determina aquilo que se pode entender como gênero masculino e feminino, e não apenas o sexo biológico que lhes é atribuído ao nascer. Os gêneros são constituídos socialmente e a eles são atribuídas significações que ajudam a representá-los. Essas interpretações variam de acordo com a civilização e época a qual o gênero está condicionado.

Tendo em vista a cultura como um fator de influência na forma como o gênero é constituído e interpretado na sociedade refletimos acerca da cultura patriarcal e suas ideologias fomentadas por regimes totalitários. Nas narrativas que foram objeto de estudo, elencamos análise das consequências graves ao futuro da mulher como um dos motes para refletir sobre sua condição, além de indicar os espaços dispostos nas narrativas, que mimetizam em seus espaços ficcionais mulheres como propriedades, em estado de inferioridade, além de serem subservientes aos desejos e necessidades do homem.

Estados totalitários exercem um poder ditatorial e inflexível a tudo e a todos, tomando conta da política economia e até da vida privada dos cidadãos. Esse tipo de regime costuma se instaurar como uma solução aos momentos de crise enfrentados por um país, sejam eles de caráter econômico ou social. Os regimes das narrativas analisadas também se caracterizam pela presença de um único partido, enfatizando uma liderança única que exerce controle através do terror e violência psicológica.



Assim sendo, a distopia surge como uma espécie de antítese à utopia, conceito que se refere a uma sugestão de mundo melhor. A utopia propõe uma análise profunda do presente e ao modo como se vive ao mesmo tempo que aponta para as consequências desse estilo de vida no futuro. Enquanto as obras distópicas são perpassadas por críticas sociais, representações de regimes totalitários e autoritários, onde são exercidos o controle social e a perda de individualidade dos cidadãos.

A ficção científica tem o mérito de retratar como seria o comportamento humano diante dos avanços tecnológicos, suas narrativas exploram diversos cenários, desde cenários pós apocalípticos aos de diferentes épocas, e traz diversos questionamentos acerca de como seria a realidade humanidade se fosse possível viajar no tempo, povoar outros planetas, entre outras possibilidades. O romance “Frankenstein”, de Mary Shelley dá início a esse gênero que só se solidifica após as publicações dos autores H.G. Wells e Júlio Verne.

O totalitarismo e suas representações ficcionais nas obras em análise

Os governos que tem regimes totalitaristas são norteados pelo controle da vida pública e privada da população atingindo a sociedade como um todo, o representante de estado é figura máxima do poder, e exclui os direitos universais dos indivíduos que estão sob sua gestão opressora. Hannah Arendt (1951) em “Origens do totalitarismo”, disserta sobre as características deste conceito e fala sobre a relação que ele possui com as massas, ao introduzir o conceito ao leitor a autora expõe as diferenças entre classe social e massa.

Arendt (1951), analisa classe trabalhadora como aquela que luta por sua ascensão e pela garantia de seus direitos, ao passo que as massas são alheias a esses anseios, geralmente em regimes totalitários as massas são responsáveis por sustentar esse tipo de regime. Esse estrato massificado da população incorpora o discurso dos líderes, seja ele violentou ou não, esquecendo dos próprios direitos, como se elites e massas fossem um só, sobre o conceito de massas temos: As massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDR, 1951 Pág. 344)

Ao desenvolver sua explanação, Arendt (1951) expõe que as massas regidas por essa opressão intrínseca, podem se constituir em qualquer território enquanto houver pessoas alheias às questões que envolvem posicionamento político e ideológico, desde que não entendam a importância de assegurar seus direitos e deveres pelo exercício da cidadania. O totalitarismo atua excluindo qualquer desejo por ascensão social através da potencialização do fanatismo



exercido pelo alto escalão da elite, para que o movimento tenha continuidade a mídia passa a disseminar propagandas e manipular as massas através de um discurso que camufla os reais interesses dos grupos privilegiados.

Em “O Conto de Aia” o regime totalitário é caracterizado pelo controle do corpo e reprodução feminina. Os comandantes fazem parte do alto escalão da sociedade e exercem poder sobre as classes inferiores, caracterizadas pelas mulheres. O regime propõe que para salvar a sociedade de uma crise populacional os direitos reprodutivos e civis das mulheres devem ser revogados. No romance esse argumento é mantido pelo forte discurso fundamentalista que ajuda a mascarar as reais intenções desse governo.

Desse modo, homens ocupando altas posições no regime puderam escolher a dedo entre as mulheres que tinham demonstrado ser aptas reprodutivamente ao terem concebido e dado à luz uma ou mais crianças saudáveis. (ATWOOD, 2017, p. 357)

Em a Kuka de Kamaiorá as mulheres estão sujeitas a gerar os filhos do Rei - figura máxima do poder -, a personagem do rei Fernandez impõe a seus súditos o modo como devem se alimentar, se reproduzir e até mesmo de que forma devem entoar o hino da nação. Essa representação ficcional de um governante totalitário, se apresenta pela imposição aos súditos da tarefa de garimpar incansavelmente, e repreende com extrema violência e tortura aqueles que ousam insurgir contra o seu regime. Essa repressão é evidenciada pela forma como a personagem malfadada mãe é tratada ao longo da trama.

Cale-se! Não tem nada de errado no reino! Olhe só, pepitas e pepitas de ouro, cada vez vêm mais pepitas! Os súditos estão trabalhando, o trabalho está rendendo, todo mundo está contando, todo mundo está sorrindo, as mulheres estão parindo, estão todo dia parindo, e parindo os filhos meus! Os filhos meus! As mulheres todas estão parindo filhos meus! (ASSUMPÇÃO, 1975, p.19)

Assumpção (1975) critica e expõe, Fenômenos comuns e reconhecíveis em diversas sociedades que vivem sobre regimes totalitários, a valorização do ouro e o controle da identidade da pátria, através das leis do Rei Fernandez o povo está feliz no reino de Kamaiorá, seu povo é bom e bem disciplinado e a palavra do rei é lei. É notória a crítica intrínseca da autora ao sistema ideológico, político e econômico social.

Distopia e Ficção Científica: uma breve análise dos espaços distópicos nas tramas



As narrativas que são ambientadas em espaços distópicos, têm a capacidade de direcionar o leitor a questionar e refletir acerca de conceitos filosóficos como a utopia. Nesse interim, podemos interpretá-las como aquelas que fazem parte de um conceito filosófico adotado para representar universos ficcionais que costumam discutir valores éticos ou morais e denunciar suas possíveis deturpações. Seria o conceito oposto ao de utopia.

O termo utopia se refere a um “não lugar”, um “nenhumres”. um lugar imaginário não existente na realidade, foi cognominado por Thomas More em seu livro *Utopia* publicado em 1516. No livro, More (2004), tenta identificar como seria uma sociedade ideal e igualitária. o autor conceitua o termo Utopia em seu livro relacionando-o à sociedade inglesa de sua época, denunciando as desigualdades sociopolíticas vigentes. O livro refere-se a uma ilha nomeada utopia onde o capital era desnecessário, não existiam demarcações de terras que denotassem qualquer espécie propriedade privada, e seus habitantes poderiam gozar de livre acesso dos serviços públicos sem enfrentar qualquer dificuldade, a única condição para que se desfrutasse das oportunidades da ilha era a fé em Deus. A intenção do autor era criar uma sociedade idealizada para que contrastasse com a sociedade vigente. Enquanto distopia é um termo advindo do grego antigo, e refere-se “a um lugar adocido” pois, o prefixo “dis” está ligado a algo fora e “topos” refere-se a lugar no referente a espaço geográfico, ou seja, a algo fora de seu local

A distopia representa um estado de desconforto, perigo. Portanto, a narrativa distópica proporciona um alerta ao modo em que se vive em sociedade e como as tendências sociais e ideologias presentes podem impactar no futuro da população. Russel Jacoby (2007), destaca em seu livro “Imagem imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica”, que as distopias “buscam o assombro, ao acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade” (JACOBY, 2007, p. 40), ou seja, a intenção dessa narrativa é assombrar o leitor, fazer com que repense a sociedade e o modo como vive.

Narrativas distópicas podem se constituir em diversos cenários, como, universos alternativos, governos autoritários e totalitários, onde geralmente o poder se concentra nas mãos de um tirano, cidades hiper tecnológicas, catástrofes ambientais ou crises sociais eminentes.

Tanto a distopia de Atwood quanto a de Assumpção trabalham com a extrapolação da opressão feminina que tem origem nos ideais patriarcais que impõem a relação de superioridade do masculino em relação ao feminino. Ambas as distopias se passam em regimes totalitários, porém são caracterizadas em tempo-espaço diferentes. “O conto da Aia” é ambientado em



futuro distópico em algum lugar localizado nos Estados Unidos, ao passo que a ação na peça a “Kuka de Kamaiorá” acontece no ano de graça de dois mil e tanto no planeta de Kamaiorá.

O “Frankenstein: o mito do prometeu moderno”, de Mary Shelley, publicado em 1816, se solidifica como o primeiro romance a descrever em detalhes métodos científicos ainda pouco discutidos para época, estima-se que a autora tenha sido influenciada por estudos de eletroquímica. Mary Shelley descreve em sua obra a ambição de um cientista, que no intuito de se provar perante seus pares, acaba dando vida a uma criatura, a partir de pedaços de cadáveres humanos. Após se dar conta das atrocidades cometidas, o criador abandona a criatura.

A obra traz à tona diversas questões filosóficas acerca da moral, ética e solidão e questiona quais seriam os limites da ciência e se eles de fato devem ser ultrapassados. O gênero ficção científica se solidifica a partir do séc. XIX pelos autores H.G. Wells e Júlio Verne que influenciaram a posterioridade com as obras “O Homem Invisível” e “A volta ao mundo em 80 dias”.

David Allen (1976) propõe o conceito de F.C. (Ficção Científica), como “ficção pela presença de uma extrapolação dos efeitos humanos de uma ciência extrapolada” (p. 235). Deste modo, podemos inferir que a ficção científica trabalha com escopo da humanidade e as questões que concernem à natureza humana, essas narrativas conduzem seus leitores ao questionamento da verdadeira essência do ser e de como ele age a partir do contato com as inovações hiper tecnológicas.

O universo da ficção científica é moldado pelos avanços da tecnologia na robótica, na comunicação e computação. De encontro com as expectativas do gênero, a autora Margaret Atwood opta por desenvolver a narrativa em um local facilmente identificável no mundo real, moldando assim o espaço distópico que explora as consequências da sociedade patriarcal dentro de um regime totalitário. É por meio da mesma proposta que Assumpção desenvolve o texto dramático a “Kuka de Kamaiorá”, porém diferentemente de Atwood a autora utiliza de elementos hiper tecnológicos na construção de sua obra.

Abordagens teóricas: a Crítica Literária Feminista e o Comparativismo Literário em narrativas distópicas

As abordagens teóricas que nos propusemos a empregar para a análise das narrativas distópicas que são objeto de estudo foram a crítica literária feminista – um dos modelos de crítica que fazem parte da corrente Ético-Política na Literatura -, que tem como foco a



explicitação da desigualdade entre os gêneros. Essa distinção ocorre especialmente no campo literário, seja pela entrada tardia das mulheres no cenário literário, ou pelo machismo que de forma implícita e muitas vezes explícita são representadas nas obras e nas personagens escritas por homens. Personagens retratadas como musas inspiradoras, seres delicados, frágeis e obedientes, simulando a visão patriarcal que cerca a figura feminina.

Com a finalidade de encorpar a abordagem teórica, empregamos também o comparativismo literário - um método que objetiva investigar e analisar a partir do confronto de duas ou mais obras literárias de línguas e culturas distintas -, suas particularidades e semelhanças, sejam elas: culturais, históricas, sociais, refletindo suas semelhanças e diferenças. Contudo, ao se ter um contato mais próximo com os estudos comparados, concebemos que essa denominação abrange uma variada área de atuação e de conhecimento.

Por meio dessas duas abordagens nos debruçamos em analisar o espaço da mulher na literatura como constituído sobre o signo da negação, pois muitas escritoras se escondiam atrás de pseudônimos masculinos para que suas obras fossem publicadas. A escrita pode ser encarada como uma forma de poder que foi exercida majoritariamente por homens que contribuíram para disseminação de um discurso misógino e sexista acerca da mulher na literatura. Elaine Showalter (1994), apresenta a crítica feminista por meio de dois objetos de estudo,

A primeira é ideológica, diz respeito à feminista como leitora e oferece leituras feministas de textos que levam em consideração as imagens e estereótipos das mulheres na literatura as omissões e falsos juízos sobre a mulher na crítica, e a mulher no signo semiótico. [...] A segunda forma da crítica feminista produzida por este processo é o estudo da mulher como escritora e seus tópicos são a história os estilos, os temas, gêneros e a história dos escritos das mulheres. (SHOWALTER, 1994, p. 26- 29)

De acordo com Showalter (1994), a primeira vertente busca criticar os textos que contribuem para estereotipar a imagem da mulher, de forma que esses conceitos possam ser revisados. Enquanto a ginocrítica busca estudar a mulher como escritora, analisando quais são os temas e estruturas que compõem as criações literárias femininas e no que elas se diferem das masculinas. Afinal quais seriam essas diferenças?

As teorias apontam quatro categorias díspares que seriam a biológica, linguística, psicanalítica e cultural. O modelo biológico traz uma concepção diferenciada daquela imposta pelo patriarcado que buscava comprovar a inferioridade da mulher. Através da biologia, percebemos como homem e a mulher encaram o corpo biológico de diferentes formas, por exemplo, a nudez que comporta conotações diversas para diferentes escritores.



Showalter (1994) sugere que: a categoria linguística busca entender se homens e mulheres utilizam a língua de maneiras distintas, as distinções de estilo e no uso da linguagem são encontradas, mas não existe nada como um dialeto próprio feminino ou algo que faça a distinção entre esta linguagem. As teóricas da crítica literária feminista acreditam que se deve dar voz à mulher que por muitos séculos foi silenciada na história.

De tal modo, a vertente psicanalítica, descrita por Freud e Lacan, tem como base crítica à ausência do órgão reprodutor masculino integrando-se à crítica biológica e linguística. Por fim, a categoria cultural baseia-se nas ideias que dizem respeito ao corpo biológico, linguístico e psicanalítico, mas considerando o contexto cultural ao no qual a mulher está inserida. Segundo Showalter (1994), esta categoria seria a mais completa para retratar as diferenças e similaridades presentes nos escritos femininos e masculinos.

A crítica literária feminista busca especificar como a mulher é representada nos textos literários, em sua maioria escritos por homens e comportam um olhar exclusivamente masculino sobre o que é ser mulher. Neste sentido, é imperativo refletir acerca de qual papel a mulher pode e deve representar socialmente. Ao sopesar essas questões, analisamos que essas tendências fizeram com que a mulher sofresse um apagamento, tanto como escritora, quanto como leitora.

Esse apagamento ou silenciamento da voz feminina acaba por não representar o gênero, além de condicionar um papel relacionado ao ideal de mulher que nos é apresentado na literatura, por isso é importante que se faça um recorte do modelo cultural ao qual as mulheres estão inseridas, Showalter sugere que:

[...] Problemas tanto de linguagem quanto de poder os grupos silenciados tanto quanto os dominantes geram crenças ou ideias ordenadoras da realidade social no nível inconsciente, mas os grupos dominantes controlam as formas ou estruturas nas quais a consciência pode ser articulada. (SHOWALTER, 1994 p.48)

De acordo com Showalter (1994), os registros artísticos e culturais são uma espécie de representação da vida e de como se encara as estruturas sociais que nos permeiam à medida que consumimos uma determinada cultura e somos rodeados por ela. Dessa maneira passamos a imitá-la mesmo que inconscientemente e a repercutir o discurso ali presente.

O papel social desempenhado pela mulher nos escritos masculinos acaba se tornando um reflexo de vivências dos homens que se apoiam em um ideal sexista de mundo, onde o gênero masculino é visto por uma ótica de superioridade. É a consequência desse estilo de vida que leva as mulheres a raramente serem autoras da sua própria história ou protagonistas em narrativas literárias. A ginocrítica partiu desse panorama, quando de sua aparição no final da



década de 1950, buscando dar voz à mulher, afastando-a desse silenciamento que sempre lhe foi imposto.

Para algumas críticas feministas, a zona selvagem ou espaço “feminino”, deve ser um lugar de uma crítica, uma teoria e uma arte genuinamente centradas na mulher, cujo projeto comum seja trazer o peso simbólico da consciência feminina para o ser tornar visível, fazer o silêncio falar. (SHOWALTER, 1994 p.49-50)

Elaine Showalter ressalta as preocupações que concernem à crítica feminista dentre elas estão: de que forma a história da mulher é contada? Por quem ela é contada? É a partir daí que passamos a entender onde o termo “zona selvagem” surge. A autora se refere às dificuldades encontradas pela crítica feminista em um ambiente acadêmico composto majoritariamente por homens. Esse modelo crítico buscou reivindicar o espaço da mulher na literatura.

Em “O conto da Aia” (1985), a escritora Margaret Atwood retrata como os papéis de gênero são desempenhados na sociedade imaginada por ela, e de que forma eles influenciam as estruturas sociais assim que um regime totalitário e teocrático se instaura, exercendo repressão e controle sobre a população.

Ao retratar essas questões, a autora toca em pontos sensíveis como as formas distintas em que a mulher se torna a principal afetada pelas consequências desse regime. É a partir desses pontos da narrativa que percebemos a importância do olhar feminino na escrita que revisa as consequências do regime patriarcal em um romance distópico. Atwood não foca apenas nos problemas ambientais ou atitudes que culminaram no fim próximo da humanidade.

A ambição de Atwood vai além do que se vê em grande parte das narrativas do gênero distópico, ela ficcionaliza uma distopia feminina com questões muito particulares da vivência das mulheres, questões tais como: direitos reprodutivos e autonomia sobre o próprio corpo e fertilidade. Neste romance a mulher passa a ser vista como mero objeto utilizado em prol da sociedade para resolução de seus problemas, uma representação que orienta reflexões acerca dessas violências simbólicas cometidas contra o gênero feminino.

Em contraposição, a peça “Kuka de Kamaiorá”, escrita pela autora Leilah de Assumpção foi publicada em 1973, e devido ao período ditatorial da época foi censurada no mesmo ano, sua primeira encenação ocorreu dez anos depois, após ter sido reescrita por Assumpção sob o título “O segredo da alma de ouro”. O drama narrativo conta a história do reino de Kamaiorá regido pelas normas e regras do Rei Fernandez.

Em Kamaiorá as mulheres são condenadas a gerar unicamente filhos do rei, contudo uma dessas mulheres a Malfadada Mãe é acusada de conceber uma criança bastarda gerando a revolta do rei que decide mandar abortá-la. Malfadada Mãe era uma mulher que não seguia os



padrões impostos pelo rei em Kamaiorá, por conta de conhecer os métodos do rei, ela tenta proteger o filho em seu ventre.

O rei tenta de todas as formas acabar com a gravidez de Malfadada Mãe, mandando costurar a sua vagina. No entanto, a criança sobe para o estômago da mãe, não satisfeito o rei Fernandez manda colocá-la em um espartilho, o filho novamente resiste e migra para os seios de sua mãe - seios esses que transbordavam e alimentavam os outros filhos da nação de Kamaiorá -, alimento que gerou opiniões divergentes, uns viam como “bom leite” outros como “leite podre ou maldito”.

Dada a situação, a ordem de lhe cortarem os seios logo é concedida e a criança continua viva, agora na cabeça da mãe até o seu nascimento, que é realizado através dos cabelos da mãe, a peça tem fim com o reencontro de Malfadada e Fernandez, derrubando suas barreiras e sucumbindo em um abraço repleto de sentimentos conflituosos.

A trama é caracterizada por diversos elementos futurísticos e tem uma marcante definição de identidade político-cultural feminina, assinalada por inúmeros fatores totalitários resultantes de um país traumatizado como é Kamaiorá, retratado como um país em subdesenvolvimento, com uma sociedade em decadência a beira de uma crise planetária.

Assumpção (1983) em sua peça traz o retrato de um regime centralizador e antidemocrático, a interpretação crítica que se pode obter das circunstâncias sociais e políticas do Brasil desse período, é que a autora mimetiza suas observações acerca do país extrapolando a narrativa para o campo distópico. Pois todos estão subordinadas às ordens do rei, uma possível comparação com o presidente/ditador, e todos os filhos são seus filhos – termo muito utilizado por regimes autoritários para se referir aos cidadãos -, todas as decisões do passado, presente e futuro são tomadas pelo Rei Fernandez, até que o pequeno incidente de Malfadada Mãe contraria sua autoridade. Por fim o texto da peça instiga por meio do questionamento das atitudes opressivas do reino a destruição do regime totalitário instaurado. A autora cria um paralelo com os acontecimentos da época subvertendo a ideologia totalitarista em sua narrativa.

Percebemos então, como as narrativas, apesar de pertencerem a países e culturas distintas tratam das similitudes e diferenças originadas em suas tramas, pois é por meio do comparativismo literário que percebemos que

[...] a literatura comparada compara não pelo procedimento em si, mas porque, como recurso analítico e interpretativo, a comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe. (CARVALHAL, 2006, p. 8)



Tânia Franco Carvalhal, em seu livro *Literatura Comparada* (2006) desenvolve toda a trajetória histórica da LC (Literatura Comparada), expondo suas principais vertentes e as características nela presentes, apresentando os estudiosos de relevância do método até os dias atuais, com intuito de esclarecer todos os conceitos possíveis sobre a literatura comparada. A teórica esclarece também que o objetivo da LC não é somente a comparação, mas sim analisar e transformar através de sua ligação com a arte, pois:

Comparar é um procedimento que faz parte da estrutura de pensamento do homem e da organização da cultura. Por isso, valer-se da comparação é hábito generalizado em diferentes áreas do saber humano e mesmo na linguagem corrente, onde o exemplo dos provérbios ilustra a frequência de emprego do recurso. (CARVALHAL, 2006, p.7)

Para a autora, o recurso comparativista faz parte do intelecto humano e da organização da cultura conseqüentemente não é um instrumento exclusivo dos estudos literários, mas também de diferentes áreas do conhecimento humano. Para além disso com base na leitura do texto de Carvalhal (2006) é notório que os estudos comparativistas deixaram de ser somente o confronto entre obras ou autores, atualmente os estudos literários comparados abordam a relevância da essência do ser humano, em diferentes espaços e épocas, analisando culturas diversas para que dessa forma as histórias estejam sempre se reformulando por meio do texto literário.

Em virtude das relações de subordinação que um texto adquire com seu antecessor assemelha a um processo natural de aprimoramento de textos, nessa perspectiva essa atitude de crítica social é o que incorpora o comparativista, pois é necessário que ele não fique estagnado em uma distinção simplificadora, mas que interprete as obras profundamente. A partir dessa concepção, o comparativista está ligado também ao fato de que não deve se preocupar em,

[...] constatar que um texto resgata outro texto anterior, apropriando-se dele de alguma forma (passiva ou corrosivamente, prolongando-o ou destruindo-o), mas examinaria essas formas, caracterizando os procedimentos efetuados. Vai ainda mais além, ao perguntar por que determinado texto (ou vários) são resgatados em dado momento por outra obra. Quais as razões que levaram o autor do texto mais recente a reler textos anteriores? Se o autor decidiu reescrevê-los, copiá-los, enfim, relançá-los no seu tempo, que novo sentido lhes atribui com esse deslocamento? (CARVALHAL, 2006, p. 49)

Em conclusão os estudos literários comparados funcionam como um instrumento de reflexão acerca dos discursos intertextuais, ou seja, mesmo que obras tenham sido escritas em épocas e lugares distintos ambas podem estar relacionadas, contribuindo para a compreensão crítica acerca de outros contextos e épocas. O que não deve ser compreendido como obras que



são cópias umas das outras, pois nessa perspectiva cada obra individualmente pode ser considerada uma continuação de uma infinidade de gêneros e temas preexistentes, tornando a escrita um diálogo constante entre o agora e o passado.

O universo literário de “O Conto da Aia” e a “Kuka de Kamaiorá”: considerações gerais sobre as obras

O romance “The Handmaid’s Tale” (O conto da Aia) de Margaret Atwood (1985) a peça “Kuka de Kamaiorá”, de Leilah Assumpção (1973), em nossa interpretação, traduzem seus ideais e anseios políticos feministas quando da publicação das obras. As narrativas são consideradas respectivamente, um romance distópico que se tornou best seller, e uma peça teatral que mistura conto de fadas, conto de terror e ficção científica.

Em “O Conto de Aia” temos os relatos da Aia de Offred, residente de Gilead, uma nação que seria uma versão pós-guerra e fantasmagórica dos Estados Unidos dos anos de 1980, na qual fora instituído um governo teocrático, aniquilando os direitos básicos de todas as mulheres, que são mantidas como propriedade privada. Offred é uma aia, e seu útero é do estado.

A peça Kuka de Kamaiorá relata um tempo no qual o planeta é dividido por reinos, e o reino de Kamaiorá é regido pelo rei Fernandez, ele é um ditador, e decretou que todas as mulheres do reino são condenadas a gerar filhos unicamente seus. Contudo, uma delas engravida e é acusada de gerar uma criança bastarda, Malfadada Mãe é cruelmente perseguida por não estar grávida do Rei Fernandez. O rei tenta abortar o feto fazendo uso de formas extremistas para tal, que vão desde costurar a vagina da mãe a cortar-lhe um dos seios para que não possa amamentar a criança.

Em ambas as narrativas, a mulher perde o direito sobre o seu próprio corpo e é induzida a seguir ordens que ferem sua moral – uma das similitudes -, em “O Conto da Aia” Margaret Atwood, compartilha um olhar atento às relações entre os gêneros e desenvolve a partir desse olhar críticas e reflexões acerca das violências impetradas, abordando de maneira pragmática como os regimes autoritários se manifestam principalmente quando há opressão, silenciamento e apagamento de um dos gêneros.

Logo no início do romance, temos um vislumbre da antiga realidade vivida por Offred antes de a república de Gilead ser instaurada, é interessante observar como muitos dos objetos e até mesmo das vestimentas descritas antes do regime, se assemelham aos dias atuais como ressalta Gabriela Bruschini Grecca em seu artigo “O feminino como excesso obscuro no conto da Aia, de Margaret Atwood”



A maior parte de sua construção das cidades, das instituições e do estilo de vida encontra correspondência em elementos que já existiam em 1985, na data de publicação da obra, e permanecem até hoje pouco modificáveis — as casas têm aparência suburbana, os meios de transporte continuam os mesmos e não há sequer menção à televisão e ao computador. (GRECCA, 2018)

Contudo, é importante ressaltar que Atwood não traz nenhum aparato ultra tecnológico ou futurístico de Gilead – o que se configura em uma diferença em relação à peça “Kuka de Kamaiorá”. Pois essa república teria sido chamada de Estados Unidos da América, o que gera uma contraposição entre as distopias tradicionais que quase sempre são movidas por elementos da tecnologia e futuros idealizados.

Eu gritei e a mulher foi detida. Devia ter cerca de uns trinta e cinco anos. Estava chorando e dizendo que o bebê era dela, que o senhor o dera a ela, que lhe enviara um sinal. Eu senti pena da mulher(...) pensei que fosse um incidente isolado na época. (ATWOOD, 2017, p.79).

A república de Gilead nada mais é que o resultado de uma sociedade em que a infertilidade volveu um problema social, após anos e anos de exposição a toxinas e produtos químicos, com o passar dos anos engravidar ou manter uma gravidez saudável tornou-se praticamente impossível, esse fator somado a um surto de AIDS e sífilis, a junção desses fatores desencadeou em uma queda exorbitante na taxa de natalidade. Offred se recorda de um incidente no qual estava em um supermercado e após virar-se por um instante uma mulher tentara raptar sua filha ainda no pré-regime.

Entretanto, esse problema de fertilidade foi atribuído somente a um determinado gênero, o feminino. As mulheres passaram a ser destituídas de seus direitos, sendo proibidas de trabalhar e ler. Também não tinham direito à propriedade privada, perdendo não só seus direitos, como sua individualidade e identidade. Considerando que seus nomes foram destituídos logo as mulheres se tornaram produtos, objetos, as aias, seres que eram responsáveis por reproduzir os filhos dos Comandantes.

A ideia de um país cuja Constituição foi suspensa e substituída pela Bíblia levada literalmente, e que cerceou a vida das mulheres a ponto de serem reduzidas à sua função biológica de reprodução, parece assombrosa e quase inimaginável diante do imaginário ocidental construído sob os ideais de nação e liberdade. (GRECCA, 2018, p.46)

Os regimes totalitários se baseiam em dois principais elementos, a ordem e o uso da hierarquia de forma autoritária, dessa forma para que um regime como esse se instaure é preciso que forças repressoras efetivem a ordem e coerência baseadas em princípios hierárquicos



totalitários. Dessa maneira é comum que regimes autoritários neguem concepções políticas e valores como a igualdade entre os cidadãos.

É usualmente concebida a ideia de desigualdade como algo natural, de modo que a ideia radical de hierarquia autoritária é um demonstrativo de uma ordem natural da vida em sociedade. E para o efetivo sucesso algumas “ferramentas” são comumente utilizadas como: a imposição de uma obediência incondicional, medidas coercitivas utilizadas como meio para instaurar um ambiente de controle através do medo, além de declinação da participação na vida pública e política: Há três novos corpos no muro. Um é de um padre, ainda vestindo a batina preta. [...] Os outros dois têm cartazes púrpura, pendurados ao redor do pescoço: Traição por Falsidade de Gênero. (ATWOOD, 2017, p.55)

Em regimes patriarcais o papel da mulher é estabelecido em divergência ao do homem, quem assume as posições de poder, em uma maioria absoluta desses regimes é o homem, que é visto como o único centro das atividades de uma sociedade. Na mesma proporção a mulher é vista como marginalizada, silenciada, apagada, esse “relacionamento” é sempre baseado por submissão e dominação, o papel da mulher não é gerado ou criado por ela e sim pela ótica do homem, da sociedade patriarcal. Como diz a escritora Simone de Beauvoir em sua obra “O segundo sexo”: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo.” (BEAUVOIR, 2016, p. 12)

O comportamento acima descrito pode facilmente ser detectado no decorrer da trama de Atwood, a cada lembrança de Offred, que faz parte da primeira geração de aias e devido a esse fato pode presenciar em primeira mão todos os seus direitos e ambições serem levadas de sua vida.

Em análise comparativa, na terra fictícia de Kamaiorá algumas facetas de ficção científica pairam e chamam a atenção do leitor, a começar pelo próprio tempo em que a narrativa se passa, a autora descreve como “Ano de graça de Dois mil e tanto” (ASSUMPÇÃO, 1975, P.5), as roupas e comidas utilizadas pelos personagens.

DOUTOR II: A senhora não come cuca enlatada?

MALFADADA: Não. Eu não como cuca enlatada.

DOUTOR II: Nem a cuca, nem o óleo, nem a lata? (ASSUMPÇÃO, 1975, p. 23)

A surpresa dos doutores quando mais tarde, Malfadada relata que come alimentos que são cultivados na terra demonstra que, alimentos orgânicos e naturais, denominados como a “não Kuka”, não fazem parte da alimentação no planeta de Kamaiorá. As vestimentas e



comunicação são realizadas através de um traje que filtra o ar e transmite a voz por um microfone.

DOUTOR II: Onde está o seu *Teleizervisor* com *Infiltrações Kukais*
MALFADADA: Não tenho
DOUTOR III: Não tem?! (pausa) E o novo rádio-de-boca, com infiltrações lêiser Kukais?
MALFADADA: Não me cai bem.
TRÊS DOUTORES: (Perplexos) E, no entanto, nos escuta com perfeição!
DOUTOR I: Sua bolsa de oxigênio?!
MALFADADA: Está lá fora, tomando ar. (ASSUMPÇÃO, 1975, p. 26).

Os elementos futurísticos citados acima retomam a ideia de distopia futurística muito comum em narrativas ficcionais científicas, contudo não tão comuns nas peças de Assumpção. Entretanto, é comum na escrita da autora a presença de muitas mulheres, não se trata somente da protagonista, há diversas mulheres, e elas possuem diferenças entre si.

Nessa perspectiva elas influenciam o rumo de suas histórias e que tipo de posicionamento irão assumir: a mulher que se torna fria, disposta a servir como carrasco de outras mulheres; a mulher que constata que lentamente os papéis estão trocando de mão e tenta de alguma forma alterá-los; a mulher que engendra a causa feminista, contudo continua explorando outra mulher; a mulher que segue fielmente todas as regras com medo de que a não obediência absoluta a expulse da sociedade que ela odeia mas, não quer perder.

MALFADADA: Vocês não são mais minhas amigas! São más e são traiçoeiras! Vocês são amigas do rei! Do maldito rei Fernandez!
[...] MARIANA: Precisa. É decreto do Rei.
[...] MELISSA: Se dói, é pro seu bem, minha amiga. Precisa (ASSUMPÇÃO, 1975, p. 60-64)

No excerto acima observamos a exploração da mulher por outra mulher, a sobrevivência feminina sustentada pelo respeito advindo dos homens por seus comportamentos higienizantes, que lesionam qualquer outra que se desvie das regras, uma característica amarga do exercício de alteridade, além de um complexo mecanismo para os que enfrentam as mesmas dificuldades, esse ressentimento de uma mulher contra outra é resultante da impotência de se atingir o real opressor.

Em suma, Leilah de Assumpção em sua peça retratou o ser humano, seja mulher ou homem. Ela oferta em sua escrita uma leitura livre de rótulos, demonstrando as diversas faces que um único texto pode apresentar, em Kuka é visível notar a mulher que encara batalhas internas e intensas, a crise da masculinidade em Rei Fernandez e a articulação entre os diferentes posicionamentos no feminismo.



As manifestações do totalitarismo em ambas as distopias

A ficção distópica escrita por Margaret Atwood, apresenta uma realidade onde os direitos reprodutivos da mulher são revogados de maneira gradativa. A narrativa se passa nos Estados Unidos da América após sua destruição pela guerra e radiação, além da presença de um governo autocrático e teocrático que ajuda a instaurar a República de Gilead, a partir desse momento ocorrem inúmeras e variadas violências contra a mulher marcadas pela figura do homem como dominador do gênero feminino.

Em paralelo, a “Kuka de Kamaiorá”, de Leilah Assumpção também narra como um governo totalitário opera, sendo que a narrativa apresenta de que maneira as mulheres são obrigadas a conceber e gerar somente filhos do rei Fernandez, contudo uma mulher, a Malfadada Mãe é acusada de conceber uma criança bastarda, a partir dessa problemática a trama discorre sobre as tentativas do governo e do rei de abortar essa criança usando de recursos como tortura e mutilação. A partir disso levantamos a seguinte problemática: como ficam as questões relacionadas aos direitos da mulher?

Ambas as narrativas se passam em cenários de distopia e regimes totalitários onde ocorre a extrapolação do privilégio masculino os governantes dessas sociedades revogam os direitos sexuais e civis das mulheres, as obras trazem à tona uma reflexão atual sobre as questões que envolvem os direitos reprodutivos da mulher, além da liberdade que as mesmas possuem para concepção de uma vida.

A narrativa distópica fornece reflexões acerca da sociedade de modo crítico buscando extrapolar algumas problemáticas vivenciadas no presente que podem trazer consequências desastrosas para o futuro. Uma das principais características desse modelo narrativo são as discussões relativas à ética e moral. Na ficção científica é comum se deparar com universos de vida hostil e viagens espaciais dentre as narrativas.

Os regimes totalitários são geralmente baseados num estado centralizador, antidemocrático e autoritário, essas descrições estão violentamente presentes nas narrativas, que comportam discussões acerca das marcas deixadas por esses regimes como citado no livro “Sobre o autoritarismo brasileiro” de Lilia Moritz,

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. (SCHWARCZ,2019, p.19)



Segundo a autora é comum que os regimes totalitários se manifestem em lugares em que são operantes as desigualdades e um desejo eminente de mudar o passado. Por conseguinte, em a “Kuka de Kamiorá”, ou “O Segredo da Alma de Ouro”, vemos que o regime totalitário é centralizado pela figura do Rei de Kamaiorá que detém os direitos reprodutivos das mulheres, todos os filhos são filhos do rei, e todos em Kamaiorá estão sob as ordens deste personagem.

Na personagem do Rei estão centradas as ideias de patriarcado e autoritarismo e diferentemente da distopia instaurada no “Conto da Aia” – pois esta não faz uso de elementos lúdicos para compor a narrativa -, a peça “Kuka de Kamaiorá” conta com essa vertente para exemplificar o nascimento da criança bastarda tida pela personagem Mafalda Mãe que viaja pelo corpo da mãe para garantir a sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se apresentou como um estudo comparativo das obras “Kuka de Kamaiorá” ou “O segredo da alma de ouro”, peça teatral de Leilah de Assumpção, e o romance de Margaret Atwood “O conto de Aia”, sendo parte do trabalho de conclusão de curso, defendido no curso de Letras, do Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN). A finalidade de identificar e analisar as similaridades e as diferenças em ambas as narrativas, em como contribuir cientificamente com a comunidade acadêmica a partir de obras tão ricas e distintas e de material de estudo escasso é notório que mesmo que as narrativas tenham sido publicadas há quase oitenta anos, suas tramas ainda permeiam os cenários sociais atuais. Sendo que a diferença de publicação entre ambas é de aproximadamente quinze anos.

Por meio da revisão bibliográfica e leitura da fortuna crítica de livros e artigos fomos compondo reflexões e análises a fim de responder à pergunta de pesquisa: quais as similitudes e diferenças presentes no romance “O conto de Aia” e na peça “A Kuka de Kamaiorá”? Foi por meio dos estudos literários feministas que traçamos como ambas as autoras trabalham as questões de gênero e como são estabelecidos os destinos dos corpos femininos em regimes totalitários.

O comparativismo literário foi utilizado para analisar de que maneira as narrativas extrapolam as consequências do machismo e do patriarcado apontando e criticando sutilmente as questões atuais vivenciadas em diversos continentes acerca da liberdade da mulher e sua autonomia sobre o próprio corpo. A partir das concepções tanto da crítica feminista quanto do comparativismo literário, tendo como aporte teórico Simone de Beauvoir (1949), e Judith Butler



(1990), além de Tânia Franco Carvalhal, reconhecemos que as significações de gênero devem ser repensadas e abordadas como construções sociais, para que as desigualdades já presentes entre os gêneros não sejam acentuadas.

O estudo dos elementos literários acerca dos conceitos de distopia, totalitarismo e ficção científica se tornaram necessários para melhor entendimento das obras e para a realização da análise. A crítica literária feminina apresentada pela autora Elaine Showalter como meio de aprofundar a análise da escrita feminina e da realidade da mulher em escritoras como Leilah de Assumpção e Margaret Atwood abordam questões inerentes à realidade feminina, os conceitos de similaridade e diferença e a intertextualidade entre os textos, como exposto por Carvalhal (2006), se deu por meio da utilização da técnica de leitura cerrada (close Reading), que colaborou para a interpretação de questões concernentes à representação do feminino e os direitos reprodutivos da mulher em regimes totalitaristas.

Em conclusão os resultados mostraram que o totalitarismo é representado nas narrativas por uma justificativa de questões como: violência, a vigilância, o controle de informação, o demérito da ciência, a espetacularização da morte e o controle a partir do medo, além da extrema banalização do mal pela elite e por fim a relação entre a religião como um viés conservador e opressivo do estado.

Buscamos em um primeiro momento identificar a existência dessas correlações que nos auxiliaram a conceber o cenário em que a sociedade está inserida atualmente, que se aproxima dos piores panoramas da literatura distópica, infelizmente, tais narrativas já não parecem tão fantasiosas, afinal é alarmante o processo de perda de direitos humanos devido a governos que manipulam e ignoram a lei em seu favor, utilizando de autoritarismo para impor suas convicções e manter seus privilégios.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1951.

ASSUNPÇÃO, Leilah. **A Kuka de Kamaiorá**: concurso de dramaturgia 1975 prêmio de publicação. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de teatro, 1978.

ATWOOD, Margaret. **O Conto da Aia**. Trad. de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.



BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 18ª ed— Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4a ed. rev. e ampliada. — São Paulo: Ática, 2006.

GRECCA, G. B. **O feminino como excesso obsceno em o conto da Aia, de Margeret Atwood**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 2, p. 44–59, 2018. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19763>. Acesso em: 22 nov. 2021

SHOWALTER, Elaine. - **A Crítica Feminista No Território Selvagem**. In: HOLLANDA, Heloisa. Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro. Rocco. 1994.

SCHWARCZ, Lillia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

VASCONCELOS, Ana Lúcia. **Leilah Assumpção, Da fala ao grito**. Vitabreve, Campinas-São Paulo, 2013.

JACOBY, Russell. **Imagem Imperfeita: Pensamento Utópico Para Uma Época Antiutópica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORE, Thomas. - Utopia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

HILÁRIO, Leomir. **Teoria Crítica e Literatura: A Distopia Como Ferramenta de Análise Radical da Modernidade**. Florianópolis, v.18, n.2, p. 201-215, julho, 2003.

ALLEN, L. D. **No mundo da ficção científica**. São Paulo: Summus, 1976.

PIASSI, Luís. **A Ficção Científica E O Estranhamento Cognitivo No Ensino De Ciências: Estudos Críticos e Propostas De Sala De Aula**. São Paulo, Jun/Ago. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/JBTtMYnbjfqKzCZfNty9Cgh/?lang=pt>. Acesso em: 12 Dez. 2021.